

Simone de Beauvoir

O Segundo Sexo

Volume 1

Os factos e os mitos

Tradução de Sérgio Milliet



QUETZAL serpente emplumada | Simone de Beauvoir

a Jacques Bost

«Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem,
e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher.»

— PITÁGORAS

«Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres
deve ser suspeito, pois eles são, ao mesmo tempo, juiz e parte.»

— POULAIN DE LA BARRE

Introdução



HESITEI MUITO TEMPO EM ESCREVER UM LIVRO sobre a mulher. O tema é irritante, principalmente para as mulheres. E não é novo. A querela do feminismo fez correr rios de tinta e está agora mais ou menos encerrada. Não toquemos mais nisso... No entanto, ainda se fala dela. E não parece que as volumosas tolices lançadas neste último século tenham realmente esclarecido a questão. Aliás, haverá um problema? E qual é ele? Haverá mesmo mulheres? Sem dúvida, a teoria do eterno feminino ainda tem adeptos; diz-se: «Até na Rússia *elas* permanecem mulheres.» Mas outras pessoas igualmente bem informadas — e por vezes as mesmas — suspiram: «A mulher está a perder-se, a mulher já está perdida. Já não se sabe se ainda existem mulheres, se existirão sempre, se devemos ou não desejar que existam, que lugar ocupam no mundo ou deveriam ocupar.» «Onde estão as mulheres», indagava há pouco uma revista intermitente¹. Mas antes de mais que é uma mulher? «*Tota mulier in utero*: é uma matriz», diz alguém. Entretanto, falando de certas mulheres,

¹ Já não se publica: chamava-se *Franchise*.

os conhecedores decretam: «Não são mulheres», embora tenham um útero como as outras. Toda a gente reconhece que há fêmeas na espécie humana; elas constituem, hoje, como outrora, mais ou menos metade da humanidade, e contudo dizem-nos que a feminilidade «corre perigo», e exortam-nas: «Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres.» Todo o ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade. Será esta segregada pelos ovários? Ou estará cristalizada no fundo de um céu platónico? Bastará um saio de folhos para fazê-la descer à Terra? Embora certas mulheres se esforcem por encarná-lo zelosamente, o modelo nunca foi registado. Descreveram-na de bom grado em termos vagos e mirabolantes que parecem tirados do vocabulário das videntes. No tempo de São Tomás, ela apresentava-se como uma essência tão precisamente definida quanto a virtude dormitiva da papoila. Mas o conceptualismo perdeu terreno: as ciências biológicas e sociais já não acreditam na existência de entidades imutavelmente fixas, que definiriam determinados caracteres como os da mulher, do judeu ou do negro; consideram o carácter como uma reacção secundária a uma *situação*. Se hoje já não há feminilidade é porque nunca houve. Significará isso que a palavra «mulher» não tenha conteúdo algum? É o que afirmam vigorosamente os partidários da filosofia das luzes, do racionalismo, do nominalismo: as mulheres, entre os seres humanos, seriam apenas os designados arbitrariamente pela palavra «mulher». Os Norte-Americanos, em particular, pensam que a mulher, como mulher, já não existe; se uma atrasada ainda se imagina mulher, as amigas aconselham-na a consultar um psicanalista para se livrar dessa obsessão. A propósito de uma obra, de resto assaz irritante, intitulada

Modern Woman: a Lost Sex, Dorothy Parker escreveu: «Não posso ser justa em relação aos livros que tratam da mulher como mulher... A minha ideia é que todos, homens e mulheres, o que quer que sejamos, devemos ser considerados seres humanos.» Mas o nominalismo é uma doutrina um tanto limitada; e os antifeministas não têm dificuldade em demonstrar que as mulheres não *são* homens. Sem dúvida, a mulher é, como o homem, um ser humano. Mas tal afirmação é abstracta; o facto é que todo o ser humano concreto se situa sempre de um modo singular. Recusar as noções de eterno feminino, alma negra, carácter judeu — não é negar que haja hoje judeus, negros e mulheres; a negação não representa para os interessados uma libertação, mas uma fuga inautêntica. É evidente que nenhuma mulher pode pretender sem má-fé situar-se além do seu sexo. Uma escritora conhecida recusou-se a deixar que saísse o seu retrato numa série de fotografias consagradas precisamente às mulheres escritoras: queria ser incluída entre os homens, mas para obter esse privilégio utilizou a influência do marido. As mulheres que afirmam que são homens não dispensam as delicadezas e as homenagens masculinas. Lembro-me também de uma jovem trotskista em pé num estrado, no meio de um comício violento, e que se dispunha a dar um soco apesar da sua evidente fragilidade; negava a sua fraqueza feminina; mas era por amor a um militante a quem desejava igualar-se. A atitude de desafio dentro da qual se crispam as norte-americanas prova que são aterrorizadas pelo sentimento da sua feminilidade. E, em verdade, basta andar de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses e ocupações são manifestamente diferentes: talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez se destinem

a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência gritante.

Se a função da fêmea não basta para definir a mulher, se nos recusamos também a explicá-la pelo «eterno feminino», e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, que há mulheres na Terra, teremos de formular a pergunta: que é uma mulher?

O próprio enunciado do problema sugere-me uma primeira resposta. É significativo que eu enuncie esse problema. Um homem não teria a ideia de escrever um livro sobre a situação singular que ocupam os machos na humanidade¹. Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: «Sou uma mulher.» Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação. Um homem nunca começa por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural. É de maneira formal, nos registos dos cartórios ou nas delegações de identidade, que as rubricas, masculino, feminino, aparecem como simétricas. A relação dos dois sexos não é a das duas electricidades, de dois pólos. O homem representa ao mesmo tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos «os homens» para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo *vir* o sentido geral da palavra *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda a determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. Enervou-nos por vezes, no curso de conversações abstractas, ouvir os homens dizerem-nos: «Você pensa assim porque é uma mulher.» Mas eu sabia que a minha única defesa era responder: «Penso-o porque é verdadeiro», eliminando assim a minha subjectividade. Não se tratava, em hipótese alguma, de replicar:

¹ O relatório Kinsey, por exemplo, limita-se a definir as características sexuais do homem norte-americano, o que é diferente.

«E você pensa o contrário porque é um homem», pois está subentendido que o facto de ser homem não é uma singularidade; um homem está no seu direito sendo homem, é a mulher que está errada. Praticamente, assim como para os Antigos havia uma vertical absoluta em relação à qual se definia a oblíqua, há um tipo humano absoluto que é o masculino. A mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjectividade; diz-se de bom grado que ela pensa com as glândulas. O homem esquece soberbamente que a sua anatomia também comporta hormonas e testículos. Encara o corpo como uma relação directa e normal com o mundo que acredita apreender na sua objectividade, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão. «A fêmea é fêmea em virtude de certa *carência* de qualidades», diz Aristóteles. «Devemos considerar o carácter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural.» E São Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um homem falhado, um ser «ocasional». É o que simboliza a história do Génesis em que Eva aparece como extraída, segundo Bossuet, de um «osso supranumerário» de Adão. A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autónomo. «A mulher, ser relativo...», diz Michelet. E é por isso que Benda afirma em *Rapport d'Uriel*: «O corpo do homem tem um sentido em si, independentemente do da mulher, ao passo que este parece destituído de significação se não se evoca o macho... Pensa-se o homem sem a mulher. Não ela sem o homem.» Ela não é senão o que o homem decide que seja; assim é chamada «o sexo» para significar que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela é-o absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação

a ela; a fêmea é o não-essencial perante o essencial. O homem é o ser, o Absoluto; ela é o Outro¹.

A categoria do *Outro* é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro. A divisão não foi estabelecida inicialmente sob o signo da divisão dos sexos, não depende de qualquer dado empírico: é o que se conclui, entre outros, dos trabalhos de Granet sobre o pensamento chinês, de Dumézil sobre as Índias e Roma. Nas dualidades Varuna-Mitra, Úrano-Zeus, Sol-Lua, Dia-Noite, nenhum elemento feminino se acha implicado a princípio; nem tão-pouco na oposição do Bem ao Mal, dos princípios fastos e nefastos, da direita e da esquerda, de Deus e Lúcifer; a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nunca uma colectividade se define como Uma sem colocar imediatamente a Outra

¹ Essa ideia foi expressa na sua forma mais explícita por E. Levinas no seu ensaio sobre *Le Temps et l'Autre*. Exprime-se assim: «Não haveria uma situação em que a alteridade definiria um ser de maneira positiva, como essência? Qual é a alteridade que não entra pura e simplesmente na oposição das duas espécies do mesmo género? Penso que o contrário absolutamente contrário, cuja contrariedade não é em nada afectada pela relação que se pode estabelecer entre si e o seu correlativo, a contrariedade que permite ao termo permanecer absolutamente outro, é o feminino. O sexo não é uma diferença específica qualquer... A diferença dos sexos não é sequer uma contradição... Não é também a dualidade de dois termos complementares, porque esses dois termos complementares supõem um todo preexistente... A alteridade realiza-se no feminino. Termo do mesmo quilate mas de sentido oposto à consciência.»

Suponho que Levinas não esquece que a mulher é igualmente consciência para si. Mas é impressionante que adopte deliberadamente um ponto de vista de homem sem assinalar a reciprocidade do sujeito e do objecto. Quando escreve que a mulher é mistério, subentende que é mistério para o homem. De modo que essa descrição, que se apresenta com intenção objectiva, é, na realidade, uma afirmação do privilégio masculino.

diante de si. Basta três viajantes reunidos por acaso num mesmo compartimento para que os restantes viajantes se tornem «os outros» vagamente hostis. Para os habitantes de uma aldeia, todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugarejo são «outros» e suspeitos; para os habitantes de um país, os habitantes de outro país são considerados «estrangeiros». Os judeus são «outros» para o anti-semita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários. Ao fim de um estudo aprofundado das diversas figuras das sociedades primitivas, Lévi-Strauss pôde concluir: «A passagem do estado natural ao estado cultural define-se pela aptidão por parte do homem em pensar nas relações biológicas sob a forma de sistemas de oposições: a dualidade, a alternância, a oposição e a simetria, que se apresentam sob formas definidas ou formas vagas, constituem menos os fenómenos que cumpre explicar que os dados fundamentais e imediatos da realidade social.»¹ Tais fenómenos não se compreenderiam se a realidade humana fosse exclusivamente um *mitsein* baseado na solidariedade e na amizade. Esclarece-se, ao contrário, se, segundo Hegel, se descobre na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência; o sujeito só se põe opondo-se: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objecto.

Só que a outra consciência lhe opõe uma pretensão recíproca: em viagem, o nativo percebe com espanto que há, nos países vizinhos, nativos que o encaram, também, como estrangeiro; entre aldeias, clãs, nações, classes, há guerras, *potlatches*, tratados, lutas que tiram o sentido absoluto da ideia do *Outro* e descobrem-lhe a relatividade; querendo ou não,

¹ Ver C. Lévi-Strauss, *Les Structures Élémentaires de la Parenté*. Agradeço a Lévi-Strauss a gentileza de me ter comunicado as provas de sua tese que eu, entre outras, aproveitei amplamente na segunda parte.

os indivíduos e os grupos são obrigados a reconhecer a reciprocidade das suas relações. Como se entende, então, que entre os sexos essa reciprocidade não tenha sido colocada, que um dos termos se tenha imposto como o único essencial, negando toda a relatividade em relação ao seu correlativo, definindo este como a alteridade pura? Porque não contestam as mulheres a soberania do macho? Nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como não-essencial; não é o Outro que, definindo-se como Outro, define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. De onde vem essa submissão na mulher?

Existem outros casos em que, durante um tempo mais ou menos longo, uma categoria conseguiu dominar totalmente a outra. É muitas vezes a desigualdade numérica que confere esse privilégio: a maioria impõe a sua lei à minoria ou persegue-a. Mas as mulheres não são, como os negros dos Estados Unidos ou os judeus, uma minoria; há tantos homens quantas mulheres na Terra. Não raro também, os dois grupos em presença foram inicialmente independentes; ignoravam-se ou admitiam cada qual a autonomia do outro; e foi um acontecimento histórico que subordinou o mais fraco ao mais forte: a diáspora judaica, a introdução da escravidão na América, as conquistas coloniais são factos precisos. Nesses casos, para os oprimidos, houve um passo *à frente*: têm em comum um passado, uma tradição, por vezes uma religião, uma cultura. Nesse sentido, a aproximação estabelecida por Bebel entre as mulheres e o proletariado seria mais lógica: os proletários nem sequer estão em estado de inferioridade e nunca constituíram uma colectividade separada. Entretanto, na falta de *um* acontecimento, é um desenvolvimento histórico que explica a sua existência como classe e mostra a distribuição *desses* indivíduos dentro dessa classe. Nem sempre houve proletários,

sempre houve mulheres. Elas são mulheres em virtude da sua estrutura fisiológica; por mais longe que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem: a sua dependência não é consequência de um acontecimento ou de uma evolução, não *aconteceu*. É, em parte, porque escapa ao carácter accidental do facto histórico que a alteridade aparece aqui como um absoluto. Uma situação que se criou através dos tempos pode desfazer-se num dado tempo: os negros do Haiti, entre outros, bem o provaram. Parece, ao contrário, que uma condição natural desafia qualquer mudança. Na verdade, a natureza, como a realidade histórica, não é um dado imutável. Se a mulher se revela como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno. Os proletários dizem «nós». Os negros também. Apresentando-se como sujeitos, eles transformam «noutros» os burgueses, os brancos. As mulheres — salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstractas — não dizem «nós». Os homens dizem «as mulheres» e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito. Os proletários fizeram a revolução na Rússia, os negros no Haiti, os Indochineses bateram-se na Indochina: a acção das mulheres nunca passou de uma agitação simbólica; só ganharam o que os homens concordaram em lhes conceder; elas nada tomaram; elas receberam (cf. Segunda Parte, parágrafo cinco). Isso porque não têm os meios concretos de se reunir numa unidade que se afirmaria opondo-se. Não têm passado, não têm história nem religião própria; não têm, como os proletários, uma solidariedade de trabalho e interesses; não há sequer entre elas essa promiscuidade espacial que faz dos negros dos EUA, dos judeus dos guetos, dos operários de Saint-Denis ou das fábricas Renault uma comunidade. Vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo *habitat*, pelo trabalho, pelos interesses económicos,

pela condição social, a certos homens — pai ou marido — mais estreitamente do que a outras mulheres. As burguesas são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; as brancas, dos homens brancos e não das mulheres pretas. O proletariado poderia propor-se o aniquilamento da classe dirigente; um judeu ou um negro fanático poderia sonhar em possuir o segredo da bomba atômica e constituir uma humanidade inteiramente judaica ou inteiramente negra: mas, mesmo em sonho, a mulher não pode exterminar os homens. O laço que a une aos seus opressores não é comparável a nenhum outro. A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana. É no seio de um *mitsein* original que a sua oposição se formou e ela não a destruiu. O casal é uma unidade fundamental cujas metades se acham presas indissolavelmente uma à outra: nenhum corte é possível na sociedade por sexos. É isso que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro.

Poderia imaginar-se que essa reciprocidade teria facilitado a libertação; quando Hércules fia a lã aos pés de Ônfale, o desejo amarra-o: porque não conseguiu Ônfale adquirir um poder durável? Para vingar-se de Jasão, Medeia mata os filhos: essa lenda selvagem sugere que, do laço que a liga à criança, a mulher teria podido tirar um ascendente temível. Aristófanes imaginou complacientemente, em *Lisístrata*, uma assembleia de mulheres em que estas tentam explorar em comum, e para fins sociais, a necessidade de que os homens têm delas, mas trata-se apenas de uma comédia. A lenda que afirma que as sabinas raptadas opuseram aos seus raptadores uma esterilidade obstinada, conta também que, fustigando-as com chicotes de couro, os homens quebraram magicamente essa resistência. A necessidade biológica — desejo sexual e desejo de posteridade — que coloca o macho sob a dependência da

fêmea não libertou socialmente a mulher. O senhor e o escravo estão unidos por uma necessidade económica recíproca que não liberta o escravo. É que, na relação do senhor com o escravo, o primeiro não *põe* a necessidade que tem do outro; ele detém o poder de satisfazer essa necessidade e não o negocia; ao contrário, o escravo, na dependência, esperança ou no medo, interioriza a necessidade que tem do senhor; a urgência da necessidade, ainda que igual em ambos, favorece sempre o opressor contra o oprimido: é o que explica que a libertação da classe proletária, por exemplo, tenha sido tão lenta. Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem, pelo menos a sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora a sua condição esteja a evoluir, a mulher arca com um pesado *handicap*. Em quase nenhum país, o seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último prejudica-a consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstractamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes a sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que as suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política, etc., maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Eles bem o sabem, elas dificilmente duvidam. Recusar ser o Outro, recusar a cumplicidade com o homem, seria para elas renunciar a todas as vantagens que a aliança com a casta superior pode

conferir-lhes. O senhor suserano protegerá materialmente a mulher vassala e encarregar-se-á de lhe justificar a existência: com o risco económico, ela evita o risco metafísico de uma liberdade que deve inventar os seus fins sem auxílios. Efectivamente, ao lado da pretensão de todo o indivíduo de se afirmar como sujeito, que é uma pretensão ética, há também a tentação de fugir da sua liberdade e de constituir-se em coisa. É um caminho nefasto porque passivo, alienado, perdido, e então esse indivíduo é presa de vontades estranhas, cortado da sua transcendência, frustrado de todo o valor. Mas é um caminho fácil: evitam-se com ele a angústia e a tensão da existência autenticamente assumida. O homem que constitui a mulher como um *Outro* encontrará nela profundas complicações. Assim, a mulher não se reivindica como sujeito, porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de *Outro*.

Mas uma questão imediatamente se apresenta: como começou tudo isto? Compreende-se que a dualidade dos sexos, como qualquer dualidade, tenha sido traduzida por um conflito. Compreende-se que, se um dos dois conseguisse impor a sua superioridade, esta deveria estabelecer-se como absoluta. Resta explicar porque venceu o homem desde o início. Parece que as mulheres deveriam ter saído vitoriosas. Ou a luta poderia nunca ter tido solução. Por que razão o mundo sempre pertenceu aos homens e só hoje as coisas começam a mudar? Será um bem essa mudança? Trará ou não uma partilha igual do mundo entre homens e mulheres?

Essas questões estão longe de ser novas; já lhes foram dadas numerosas respostas, mas o simples facto de a mulher ser o *Outro* contesta todas as justificações que os homens lhe puderam dar: eram-lhes evidentemente ditadas pelo interesse.